

in GOROSTIDI PI (Diana), GUTIÉRREZ GARCIA-M. (Anna) [eds.], TITVLI – IMAGINES – MÁRMORA – Materia y Prestigio en Mármol [Homenaje a Isabel Rodà de Llanza]. Anejos de AEA XCV. Madrid: CSIC 2022, p. 71-79.

5

Notas sobre a ara de Mercurius Cohortalis achada no Castelo de S. Jorge (Lisboa)

Vasco Gil Mantas

Universidade de Coimbra

vsmantas@gmail.com

RESUMO: A ara consagrada a *Mercurius Cohortalis* descoberta em Lisboa em 1940 tem sido estudada por vários epigrafistas, que concentraram a investigação sobretudo no epíteto que acompanha o teónimo. Propomos uma nova leitura para a última linha e cremos que *Cohortalis* não tem uma conotação militar, mas sim uma relação com as atividades portuárias de *Olisipo*.

PALAVRAS-CHAVE: Epigrafia, Mercúrio, *cohortalis*, Lisboa, sociedade.

ABSTRACT: The ara dedicated to *Mercurius Cohortalis*, discovered in Lisbon in 1940, has been studied by several epigraphists, who concentrated their investigation mainly on the epithet that accompanies the theonym. We propose a new reading for the last line and we believe that *Cohortalis* does not have a military connotation, but rather a relationship with *Olisipo*'s port activities.

KEYWORDS: Epigraphy, Mercury, *cohortalis*, Lisbon, society.

1 INTRODUÇÃO

Quando o olisipógrafo Augusto Vieira da Silva publicou, em 1944, o *corpus* da epigrafia romana de Lisboa não se limitou à publicação das inscrições então conhecidas, pois elaborou uma descrição da cidade a partir do que à época se sabia de *Felicitas Iulia Olisipo*, que não era muito (Vieira da Silva, 1944: 40-46), situação que se manteve praticamente até finais do século passado. Acresce dizer que muitas das descobertas recentes resultaram não de projetos de investigação específicos, mas sim de trabalhos públicos ou privados, com maior ou menor acompanhamento. Seja como for, não há atualmente razões para duvidar da importância portuária de *Olisipo* ao longo de todo o período romano, autêntica capital litoral da Lusitânia, independentemente da sua estreita, prolongada e compreensiva relação com a Bética (Mantas, 1998: 199-239; 2003: 13-29).

Uma das epígrafes publicadas por Vieira da Silva foi a ara achada há oitenta anos nos trabalhos de restauro efetuados no Castelo de S. Jorge, em Lisboa (Vieira da Silva, 1944: 95), pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (fig. 1), no âmbito da preparação da Exposição do Mundo Português, realizada em 1940. O monumento que vamos comentar não é, portanto, inédito, pois tem sido referido por vários investigadores ao longo dos anos. Nós próprios nos referimos já várias vezes a esta ara de Mercúrio, com as hesitações próprias das dificuldades levantadas pelo epíteto da divindade, desde logo imperfeitamente interpretado na leitura de Vieira da Silva.

Sobre o monumento escrevemos em 1990 o seguinte: «A designação *cohortalis* parece indicar, aten-

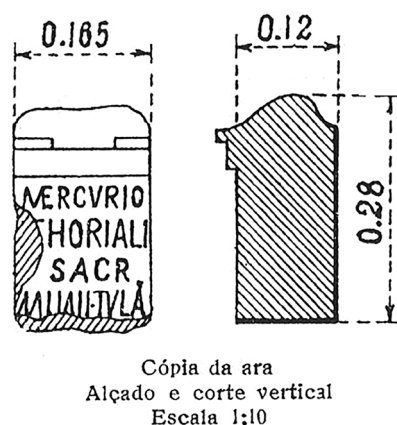


Figura 1. A ara votiva do Castelo de S. Jorge segundo Augusto Vieira da Silva. (Foto do autor).

dendo à datação do monumento e ao testemunho de outras cidades portuárias, a presença de uma guarnição romana na zona do Castelo de S. Jorge, ainda que se possa relacionar também com um *officium* da administração ou com a existência de importantes *horrea*» (Mantas, 1990: 168). Com efeito, temos hesitado em interpretar *Cohortalis* como epíteto associado a uma invocação militar ou civil, circunstância que o conhecimento cada vez maior das atividades portuárias olisiponenses (fig. 2), inclusive das instalações que as serviam (Fabião, 2017: 17-22; Parreira e Macedo, 2013: 747-754), nos leva a tentar precisar neste breve artigo. Começamos por descrever o monumento, tal como foi publicado na origem, cuja última linha do texto conservado continua a apresentar dificuldades, que não suscitam a concordância dos investigadores.

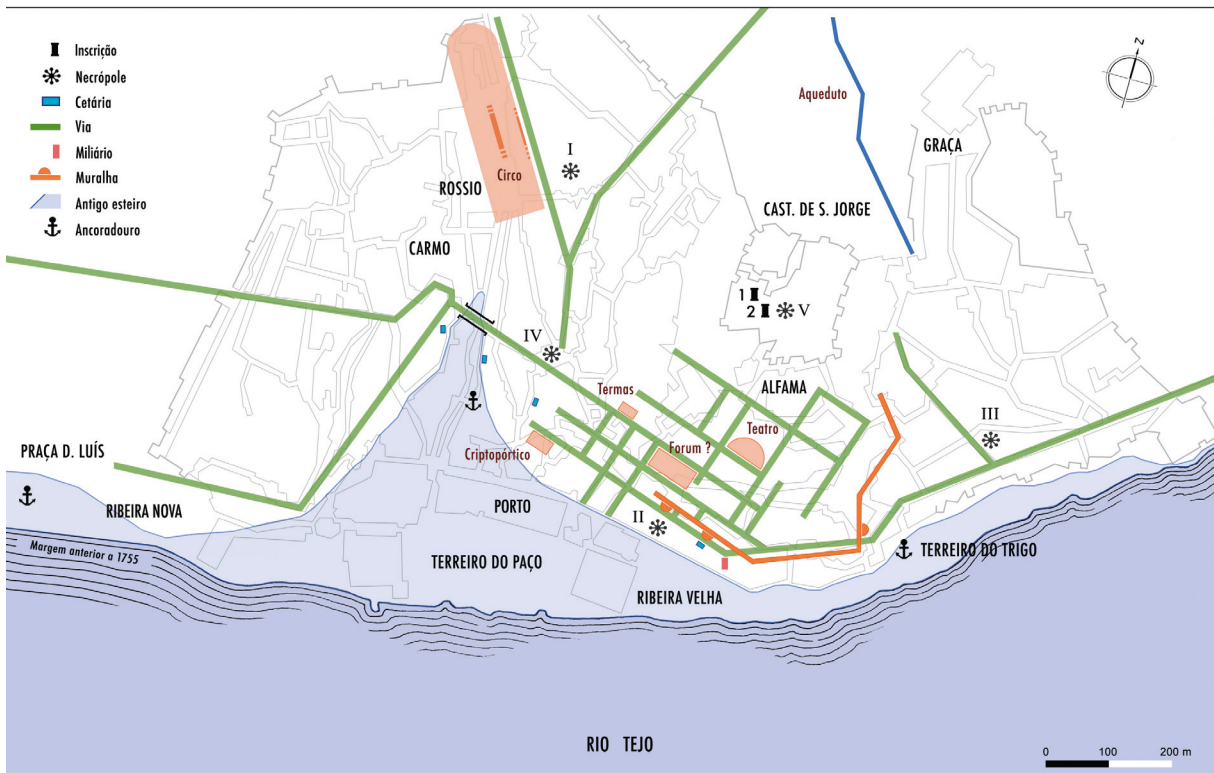


Figura 2. Esboço urbanístico: 1. *Mercurius Cohortalis*; 2. *Matulla*; I. Praça da Figueira; II. Ribeira Velha; III. Cruz da Pedra; IV. S. Nicolau; V. Castelo de S. Jorge. (Foto do autor).

Sublinhamos que a nossa intenção se centra, sobretudo, na interpretação da consagração e da sua possível relação com funções urbanas olisiponenses. Eis a lição de Vieira da Silva: *MERCVRIO / [T]HORIALI / SACR(um) / [...] TVLIA*. Foi esta a leitura referida por numerosos investigadores, ainda que Scarlat Lambrino, em 1952, ao propor ler o epíteto como *[C]HORTALI*, tenha apontado na boa direção (Vieira da Silva, 1944: 95; Lambrino, 1952: 171. A hipótese do teónimo refletir a presença de uma guarnição foi avançada por Fernando de Almeida em 1974, abrindo uma perspetiva nova, assente na localização do achado e no epíteto (Fernando de Almeida, 1974-1975: 12). Esta possibilidade permanece em aberto e alguns investigadores optam por ela, não sem reticências.

Na verdade, a l.4 oferece várias possibilidades, prova evidente da sua dificuldade. Se a maioria dos epigrafistas interpreta o final como resto de um antropónimo, provavelmente feminino, outros propõem ler

uma fórmula votiva (Baratta, 2001: 57-58), havendo mais acordo quanto ao M que inicia a referida linha. São, portanto, muitas as dúvidas quanto à sua leitura e interpretação. As características da divindade também levantaram algumas questões. Inicialmente relacionada com *Thor* ou *Taranis*, numa forma de *interpretatio romana*, foi por isso incluída no grupo de divindades indígenas hispânicas (Encarnação, 1975: 234-235), ideia abandonada quando a leitura *MERCVRIO / [C]OHORTALI* se impôs a partir da evidência representada pelos traços do O antes do H, como muito bem destacou Giulia Baratta, que leu o texto como *MERCVRIO / [C]OHORTALI / SACR(um) / M...MVTVLA / [...]* (Baratta, 2001: 58). Temos, assim, uma ara, talvez antes uma árula, atendendo às suas dimensões, consagrada a uma entidade romana de epíteto aparentemente militar e bem latino, relacionado com o vocábulo *Cohors* (Berger, 1953: 394). Que o problema não é tão simples como parece veremos um pouco adiante.



Figura 3. Ara votiva de *Mercurius Cohortalis* (Museu de Lisboa). (Foto do autor).

2 DESCRIÇÃO

Ara em calcário, parcialmente moldurada no capitel, de tipo clássico, em mau estado de conservação devido a reutilização numa muralha do Castelo de S. Jorge, freguesia de Santa Maria da Alcáçova, em Lisboa. Perdeu a parte inferior, possuindo numerosas amassaduras no coroaamento e desgastes laterais. As três primeiras linhas não levantam problemas de leitura complicados, o que não sucede com a quarta, truncada inferiormente. A existência de uma quinta linha depende da interpretação atribuída às últimas letras da linha anterior, provavelmente seguidas por uma fórmula votiva. Caracteres monumentais, descuidados e irregulares, com forte influência actuária, de *ductus* vertical, sem nexos identificáveis nem pontuação. A paginação é razoável, sugerindo um eixo de simetria e linhas auxiliares hesitantes. Atendendo à paleografia e à estrutura do texto não nos parece impossível uma datação do século II avançado. O monumento pertence atualmente ao acervo do Museu de Lisboa (fig. 3).

Dimensões: 28 x 16,5 x 12. Campo Epigráfico: 14,2 x 16,5.

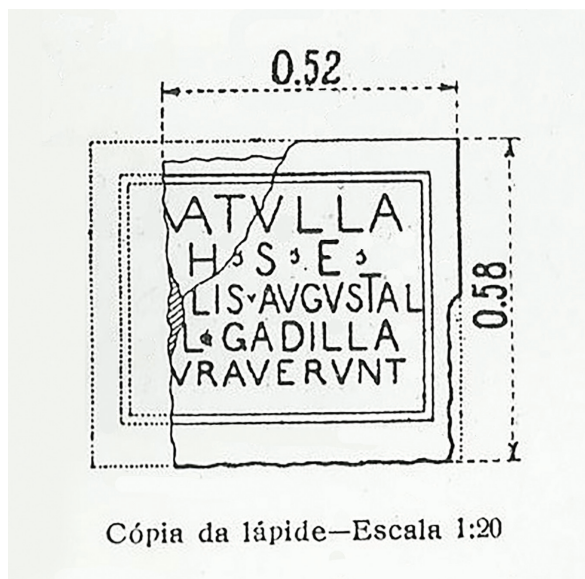


Figura 4. A epígrafe funerária de *Matulla*, segundo Augusto Vieira da Silva. (Foto do autor).

MERCVRIO / [C]QHORTALI / SACR(um) / MA(ria)
MATVLA / [...]
Consagrado a Mercúrio Cohortal, Maria Matula...

3 COMENTÁRIO

Grande parte do esforço de interpretação desta inscrição centrou-se na leitura e no significado do epíteto da divindade cultuada, reduzindo-se, no caso da última linha conservada, a algumas tentativas, de resultados divergentes, o que é natural perante o mau estado da inscrição e medíocre qualidade dos caracteres. Das várias leituras propostas, a de Giulia Baratta parece-nos a melhor conseguida, afastando-se daquilo que poderia ser para o que realmente se consegue ler, o que nos levou a propor a versão acima transcrita, atribuindo a uma mulher, *Maria Matula* a iniciativa da consagração da ara. Como chegámos a esta conclusão? O antropónimo *Matula* já era conhecido noutra epígrafe olisiponense (fig. 4), também achada no Castelo de S. Jorge (Vieira da Silva 1944: 101), cujo texto reconstituímos assim: MATVLLA / H(ic) S(ita) E(st). / [AGI] LIS AVGVSTAL(is) / [IV]L(ia) GADILLA / [C]VRAVERVNT. Curiosamente, esta coincidência onomástica, que saibamos, não foi considerado até agora.

O nome feminino *Matula* ou *Matulla*, embora não ocorra na lista de *cognomina* de Kajanto, existe em Latim, com o significado de *marmita*. Naturalmente não é possível garantir que o nome presente nas duas inscrições corresponda à mesma pessoa, mas o facto de as epígrafes terem sido encontradas na mesma zona sugere essa relação. Robert Étienne, numa recensão à obra de Vieira da Silva, eliminou a hipótese do fragmento [...]LIS, na l.3, permitir ler *Aedilis*, admitindo tratar-se de um antropónimo e de um Augustal, ainda que *Augustalis* exista como cognome (Étienne, 1949: 192-194; Kajanto, 1982: 382).

Atendendo ao espaço disponível no início da referida linha, propomos ler *Agilis* ou *Acilis*, cognome latino que, apesar de pouco representado na Lusitânia, existe (Kajanto, 1982: 380; Abascal, 1994: 162; Grupo Mérida, 2003: 72). Teremos, assim, um *Agilis* Augustal, o que se situa perfeitamente no ambiente socioeconómico de *Olisipo*. Quanto ao antropónimo feminino, o gentílico, considerando o espaço disponível e a boa paginação da epígrafe, pode interpretar-se como *Iulia*, o de maior representação na cidade e na Lusitânia, ainda que uma abreviatura de *Licinia*, também com boa representação em *Olisipo* (Abascal, 1994: 151-163, 168-173; Grupo Mérida, 2003: 197-204, 212-213), seja uma alternativa possível. O cognome, talvez variante de *Gaudilla*, embora menos vulgar, também não levanta problemas (Kajanto, 1982: 168, 260; Abascal, 1994: 307).

Sem pretender estabelecer nenhuma relação, lembramos aqui a inscrição de *Gaius Antonius Agilis*, Augustal em Brescia, na Itália (*CIL* XV 181), situando esta antroponímia num ambiente social onde, apesar de reduzidos, não faltam escravos e libertos (Kajanto, 1982: 248; Abascal, 1994: 262; Grupo Mérida, 2003: 72). Voltando à ara de Mercúrio, o nome que propomos, *Maria Matula*, parece-nos, portanto, credível, depois de várias experiências de leitura e considerando o que se conhece da epigrafia olisiponense e da Lusitânia (fig. 5). O gentílico *Marius/a* abunda na Hispânia, inclusive na Lusitânia (Abascal, 1994: 182-183, 414; Grupo Mérida, 2003: 230-231), e está presente em *Olisipo* numa epígrafe onde se refere *Maria Procula*, mãe de um edil de provável origem itálica (*CIL* II 193), bem como nos arredores da cidade (*CIL* II 5004).



Figura 5. Reconstituição das letras em falta na ara de *Mercurius Cohortalis*. (Foto do autor).

O culto de Mercúrio não é dos mais divulgados no atual território português, distinguindo-se o núcleo de *Olisipo*, com três epígrafes conhecidas (Mantas, 2002: 157-164; Reis, 2014: 82-85), uma delas consagrada a Mercúrio Augusto, consagração cuja análise de distribuição dos testemunhos hispânicos, que se estendem pelo litoral entre Tarragona e Lisboa, reforça a merecida classificação olisiponense de último porto mediterrânico (Baratta, 2001: 113; Randsborg, 2001: 122). A possível existência de um templo na zona do Castelo de S. Jorge, onde continuam os achados epigráficos e outros (Guerra, 2006: 271-297), deve, atendendo à dispersão das epígrafes, manter-se *sub iudice*, prudência que não se justifica quanto à presença na área de uma importante necrópole. Embora tradicionalmente relacionado com comércio e viagens, a verdade é que a funcionalidade desta divindade abrangia outras atividades, eventualmente identificáveis através dos epítetos, por vezes refletindo cultos indígenas.

No caso de *Mercurius Cohortalis*, o epíteto, embora ocorra também associado a entidades militares, como numa inscrição consagrada a *Iuppiter Optimus Maximus Cohortalis* por um tribuno dos Batavos, achada na zona de Mitrovica, nos Balcãs, região onde ocorre com frequência (Mirković, 1966: 391-394; Heidenreich, 2013: 231; Zahariade, 2014-2015 133-134), não cremos que assim seja. Na verdade, nessa região verifica-se o seu registo em situações que implicam

atividades mineiras (Ferri, 2007: 283-290; 2011: 293-299), o que nos leva a interpretá-lo como reflexo de grupos laborais definidos por uma terminologia de tipo militar, conhecidos no mundo romano, não lhe aceitando, portanto, a conotação indígena que lhe é atribuída por alguns investigadores.

É certo que pode ter existido em *Olisipo*, apesar da condição inerme da Lusitânia, uma pequena força militar, a exemplo de outras conhecidas em capitais provinciais, que não era o caso de Lisboa, como Cartago, Lyon e Córdoba (*CIL* II 2224), constituindo a milícia dos governadores (Tejero, 2015: 394-395). Noutras cidades, caso de centros portuárias importantes, como *Puteoli* ou *Óstia*, a presença de forças militares encontra-se também atestada sob várias formas (Reynolds 1996: 107-115). A importância das atividades portuárias desenvolvidas em *Olisipo* poderia justificar facilmente essa necessidade. Mas é também a relevância dessas atividades que nos leva a inclinar a favor de uma interpretação civil e laboral, o que facilita a aceitação de uma dedicante feminina. Sublinhamos que, com exceção de um veterano, não se conhecem no período imperial testemunhos militares diretos na cidade e nos arredores (*CIL* II 266), uma vez que todas as epígrafes achadas até agora no Castelo de S. Jorge têm carácter civil.

Trabalhos recentes têm permitido uma nova visão da área portuária da cidade, cujo elemento principal parece ser o grande complexo estabelecido sobre o criptopórtico da Rua da Prata (Mota e Martins, 2018: 85-108). Considerando o valor do porto como local de concentração de cargas ao serviço da *Anonna*, a presença de grandes armazéns (*Horrea*) e de pessoal organizado de forma corporativa ao serviço dos mesmos é irrecusável. A existência de *Cohortales* nos grandes armazéns do porto de Roma é uma realidade conhecida, bem como a estrutura do *Officium* e a organização da mão-de-obra utilizada nas complexas operações que lhe competiam (Thédénat, 1899: 271-272; RE 1900: 357-359; Homo, 1971: 205-217; Cascio, 2002: 87-110). A título de exemplo recordamos, em Roma, o *Sodalitium horrearum Galbianoorum Cohortis primae* (*CIL* VI 338 = 30740). Assim, este *Cohortalis* olisiponense pode ser, simplesmente, o Mercúrio protetor das turmas

de trabalhadores, livres ou não, dos grandes *horrea* da cidade, revelando-se assim uma das principais facetas da divindade, ligada ao movimento comercial e marítimo (Baratta, 2001: 107-118).

Não temos agora possibilidade de traçar uma síntese sobre o porto romano de *Felicitas Iulia Olisipo*, a exemplo de outras anteriores, sobre o qual as recentes descobertas, pela sua importância, aconselham um período de reflexão, mas não restam dúvidas sobre a sua função na economia da Hispânia romana, sobretudo da província Lusitânia, fulcro de uma grande faixa de circulação marítima regular (Fabião, 2014: 1657-1664; Mantas, 2018: 179-207), que poderá ter levado ao estabelecimento de uma procuradoria financeira na cidade (Roldán Hervás, 1968-1969: 98-100). Cremos que a ara de *Mercurius Cohortalis* representa um testemunho direto dessa realidade e esperamos que a nossa proposta de leitura contribua com mais uma achega para a história da Lisboa romana, prólogo insuspeito de um império marítimo global inscrito no futuro.

Bibliografia

- ABASCAL, J. M. *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Madrid-Murcia, Universidad Complutense de Madrid-Universidad de Murcia, 1994.
- ALMEIDA, F. DE «Lisboa romana e visigótica», *Olisipo*, 137-138 (1974-75), pp. 8-19.
- BARATTA, G. *Il culto di Mercurio nella Penisola Iberica*, Barcelona, Universitat de Barcelona 2001.
- BERGER, A. *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*, Filadélfia, The American Philosophical Society, 1953.
- CASCIO, E. «Ancora sugli «Ostia's services to Rome». Collegi e corporazioni annonarie a Ostia», *Mélanges de l'École Française de Rome*, 114, 1 (2002), pp. 87-110.
- CIL* = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim.
- ENCARNAÇÃO, J. de *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.
- ÉTIENNE, R. «Compte rendu», *Revue d'Études Latines*, 51, 1-2 (1949), pp. 192-194.
- FABIÃO, C. «A arqueologia do sítio de Lisboa: um (novo) balanço crítico, vinte e um anos depois», in *I En-*

- contro de Arqueologia de Lisboa*, Lisboa, Centro de Arqueologia de Almada, 2017, pp. 17-22.
- «La Lusitania: una provincia romana atlántica», in J. M. Álvarez; I. Rodà; T. Nogales (eds.), *Actas del XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica*, 2, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, 2014, pp. 1657-1664.
- FERRI, N. «Altari nga Vllahia e Bajgorës i kusdhtuar hyjët autokton Jupiter Cohortalis», *Gjurmine Albanologjike*, 37 (2007), pp. 283-290.
- 2011 «Štovanje domačih i uvezenih božanstava u nastambama i na javnim mjestima u Rimskoj Dardaniji», *Histria antiqua* 20 (20), 293-299.
- GRUPO MÉRIDA *Atlas Antroponímico de la Lusitania romana*, Mérida-Bordéus, Fundación de Estudios Romanos-Aussonius, 2003.
- GUERRA, A. «Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa», *Revista Portuguesa de Arqueologia* 9, 2 (2006), pp. 271-297.
- HEIDENREICH, C. S. *Le glaive et l'autel. Camps et piété militaires sous le Haut-Empire romain*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2013.
- HOMO, L. *Rome impériale et l'urbanisme dans l'antiquité*, Paris, Michel, 1971.
- KAJANTO, I. *The Latin Cognomina*, Roma, Bretschneider, 1982 (Societas Scientiarum Fennica. Commentationes humanarum litterarum, vol. 36, 2).
- LAMBRINO, S. «Les inscriptions de São Miguel de Odrinhas», *Bulletin des Études Portugaises*, 16 (1952), pp. 134-176.
- MANTAS, V. «As cidades marítimas da Lusitânia», in *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, CNRS, 1990, pp. 149-205.
- «Navegação, economia e relações interprovinciais: Lusitânia e Bética», *Humanitas*, 50 (1998), pp. 199-239.
- «O mundo religioso dos viajantes e comerciantes», in J. C. Ribeiro (ed.), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2002, pp. 157-164.
- «O porto romano de Lisboa», in G. P. Berlanga; J. P. Ballester (eds.), *Puertos Fluviales Antiguos: Ciudad, Desarrollo e Infraestructuras*, València, Universitat de València, 2003, pp. 13-29.
- «Navegação, centros urbanos e espaços portuários», in T. Nogales (ed.), *IX Mesa Redonda Internacional de Lusitania Romana. Del pasado al presente de la investigación*, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, 2018, pp. 179-207.
- MIRKOVIĆ, M. «Novi nadpisi iz rimskog limesa u Gornjoj Meziji», *Živa Antika*, 19 (1966), pp. 391-394.
- MOTA, N.; MARTINS, P. «Criptopórtico romano de Lisboa: Arqueologia e arquitetura de uma estrutura portuária (um esboço preliminar)», *Fragments de Arqueologia de Lisboa*, 2 (2018), pp. 85-108.
- PARREIRA, J.; MACEDO, M. «O fundeadouro romano da Praça D. Luís I», in J. Arnaut; A. Martins; C. Neves (eds.), *Arqueologia em Portugal. 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 747-754.
- PREMERSTEIN, A. «Cohortales», in *Real-Encyclopädie der Altertumswissenschaft IV* (1), Estugarda, Wilhelm Kroll, 1900, pp. 357-359.
- RANDBORG, K. *The First Millenium A.D. in Europe and the Mediterranean: An Archaeological Essay*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
- REIS, S. dos «Religião e sociedade no Municipium Olisiponense», tese de mestrado dirigida por el A. Guerra, Universidade de Lisboa, Departamento de História, 2014.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. «Fuentes antiguas para el estudio de los Vettones», *Zephyrus*, 19-20 (1967-68), pp. 76-106.
- REYNOLDS, P. *The Vigiles of Imperial Rome*, Chicago, Ares Publ., 1996.
- TEJERO, L. «Las asociaciones profesionales en Derecho Romano», tesis doctoral dirigida por J. F. Hernández, Universidade Complutense, 2015.
- THEDENAT, H. «Horreum», in *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines* 3, 1 (1899), Paris, pp. 268-275.
- VIEIRA DA SILVA, A. *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a história da Lisboa romana*, Lisboa, Câmara Municipal Lisboa, 1944.
- ZAHARIADE, M. «The Dacia Ripensis section in Notitia Dignitatum (XLII)», *Thraco-Dacica. Serie Novă*, 6-7, 29-30 (2014-15), pp. 119-154.